

## REGRA DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA Nº 1

### PORTARIA 161/2008 DE 24 DE SETEMBRO - SISTEMA DE INCENTIVOS À INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA +CONHECIMENTO

#### LIMITES À ELEGIBILIDADE DE DESPESAS, CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE APLICAÇÃO DAS DESPESAS ELEGÍVEIS E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS DESPESAS COM O PESSOAL TÉCNICO DO PROMOTOR

Nos termos estabelecidos no n.º 8 do artigo 11.º do Regulamento do Sistema de Incentivos à Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da R.A. Madeira (+Conhecimento), definem-se nos pontos que se seguem, os limites à elegibilidade de despesas e condições específicas à sua aplicação, bem como a metodologia de apuramento das despesas com o pessoal técnico do promotor afecto aos projecto.

#### 1. Limites à elegibilidade das despesas

De acordo com as tipologias de projecto previstas, além das regras definidas no art.º 11.º do Regulamento do +Conhecimento, estabelecem-se os seguintes limites máximos à elegibilidade das despesas previstas nos nº. 1 e 5 do mesmo artigo:

Natureza das despesas	Disposição Legal (Art. 11º do Regulam. Do +Conhecimento	Limites Máximos de elegibilidade por tipologia de projecto				
		Individuais	Em Co Promoção	Mobilizadores	Núcleos	Demonstradores
Investigação contratada	alínea b) do nº 1	Limites Definidos no nº 3				
Patentes adquiridas a fontes externas ou por estas licenciadas	alínea b) do nº 1			20%*		
Aquisição de serviços a terceiros	alínea d) do nº 1			30%*		
Instrumentos, equipamento científico e técnico e software	alínea e) e f) do nº 1				30%*	
Honorários com a defesa da propriedade industrial	alínea g) do nº 1	Limites Definidos no nº 3				
Promoção e divulgação dos resultados	alínea h) do nº 1	5%*, até ao limite de € 30.000	5%* por co-promotor até ao limite global de €50.000		5%*, até ao limite de € 30.000	10%*
Missões internacionais	alínea i) do nº 1	5%, até ao limite de € 15.000	5% por co-promotor até ao limite global de €15.000 por co-promotor			5% até ao limite global de €15.000
Custos indirectos	alínea m) do nº 1	Um dos seguintes valores: ■10%*; ■25% das despesas com pessoal técnico do promotor, até ao limite de 10% das despesas elegíveis totais	No caso de entidades públicas e privadas do SCT: No caso das empresas, um dos seguintes valores ■25% das despesas com pessoal técnico do promotor, até ao limite de 10% das despesas elegíveis totais; ■10%*;	Um dos seguintes valores: ■10%*; ■25% das despesas com pessoal técnico do promotor, até 10% das despesas elegíveis totais.		
Adaptação de edifícios e instalações	alínea a) do nº 5		n.a			Limites definidos no nº 6
Participação em conferências técnicas internacionais	Sub-alínea d3) do nº 5		n.a			€5.000 por conferência, até €10.000 por projecto
Organização de showroom	Sub-alínea d4) do nº 5		n.a			€10.000 por showroom

LEGENDA: n.a - Não Aplicável; ..... - sem limite; (\*) - as percentagens constantes do quadro referem-se às despesas elegíveis totais.

## 2. Pessoal Técnico do Promotor

O apuramento das despesas com pessoal técnico do promotor, contratado ou a contratar, incluindo bolseiros de entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT) com bolsa integralmente suportada pelo promotor/ co-promotor, previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento do +Conhecimento, é efectuado de acordo com a seguinte metodologia:

- a) O apuramento das despesas relativas a remunerações com pessoal técnico do promotor tem por base custos reais incorridos, tendo como referência o salário base mensal declarado para efeitos de protecção social do trabalhador, o qual pode ser acrescido dos encargos sociais obrigatórios.
- b) No caso de pessoal contratado, considera-se salário base, o conjunto de todas as remunerações de carácter certo e permanente sujeitas a tributação fiscal e declaradas para efeitos de protecção social do trabalhador.
- c) Como pessoal técnico do promotor apenas são considerados os casos em que se verifique a existência de contratos a termo certo, ou sem termo, não sendo admitidas situações de prestação de serviços em regime de profissão liberal.
- d) No caso de bolseiros de entidades do SCT, o cálculo da elegibilidade de despesas é efectuado com referência ao termo de aceitação ou o contrato de bolsa celebrado entre as partes, constituindo como tecto máximo da respectiva despesa elegível o valor estabelecido pela Fundação para a Ciência e Tecnologia para o tipo de bolsa em causa.
- e) A afectação de pessoal do promotor deve ser contabilizada em função da



carga horária dispendida por cada técnico no projecto, de acordo com o custo/ hora calculado de acordo com a seguinte metodologia:

c1. Pessoal com contrato de trabalho:

$$\text{Custo/ hora} = [(SB \times 14 \text{ meses}) / (11 \text{ meses} \times 22 \text{ dias} \times n \text{ horas})]$$

c2. Bolseiros:

$$\text{Custo/ hora} = [(SB \times 12 \text{ meses}) / (11 \text{ meses} \times 22 \text{ dias} \times n \text{ horas})]$$

sendo:

SB = salário base mensal (excluindo subsídios de férias e de natal) ou bolsa, acrescido dos encargos sociais obrigatórios, quando aplicável

n = número de horas que correspondem à jornada de trabalho diária do promotor.

f) O limite máximo anual de horas a afectar por técnico e bolseiro para efeitos de apuramento das despesas elegíveis será resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Número de horas} = n \times 22 \times m, \text{ com o limite de } n \times 22 \times 11$$

sendo:

m = número de meses de desenvolvimento do projecto em cada ano.

g) Para efeitos do cálculo do custo/hora e do limite máximo anual de horas a afectar por técnico do promotor e, nas situações em que se verifique a existência de técnicos em horário parcial, as respectivas fórmulas poderão ser ajustadas em conformidade.

### 3. Honorários

Estabelecem-se os seguintes critérios para apuramento da elegibilidade de despesas com honorários inseridos nas rubricas de investigação contratada,

assistência técnica e científica e consultoria previstas nas alíneas b) e d) do n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento do +Conhecimento, bem como as despesas com honorários previstas nas alíneas g) e j) do mesmo número:

- a) De acordo com a categoria de pessoal afecto, são definidos os seguintes limites máximos por hora de afectação (excluindo IVA não dedutível):

Categoria	Euro/Hora
Chefe de projecto	95
Professor, quando se trate de entidades de ensino superior, investigador, quando se trate de entidades do SCT nacional, ou consultor sénior/ especialista ou auditor nas restantes situações	85
Assistente/ assistente estagiário, quando se trate de entidades de ensino superior, assistente de investigação/ estagiário de investigação, quando se trate de entidades do SCT nacional, ou consultor nas restantes situações	60
Técnico especializado, quando se trate de empresas de consultoria, técnico de laboratório, desenhador e outro pessoal técnico especializado, quando se trate de entidades de ensino superior ou entidades do SCT nacional, ou técnico especializado nas restantes situações	45

- b) A comprovação das categorias definidas no número anterior será efectuada através da apresentação dos curricula do pessoal afecto e do contrato estabelecido entre as partes.
- c) As verbas referidas na alínea a) incluem todo o tipo de custos relacionados com a prestação dos serviços, como sejam salários,

subsídios de férias e respectivos encargos sociais, outros encargos directos sobre salários, encargos indirectos de escritório, coordenação, direcção, apoio administrativo e secretariado corrente, bem como quaisquer outros custos indirectos, susceptíveis de afectar o seu custo total.

#### 4. Viagens e estadas

Relativamente às despesas previstas na alínea i) do n.º 1 e nas sub-alíneas d3) e d4) do n.º 5 do artigo 11.º do Regulamento do +Conhecimento, e quando não haja lugar ao pagamento das respectivas ajudas de custo, determinam-se as seguintes regras:

- a) Consideram-se elegíveis despesas indispensáveis e directamente imputáveis ao projecto incorridas com:
  - a1. Viagens de comboio e viagens de avião em classe económica, até ao limite de € 750 em deslocações dentro da Europa e de € 1200 em deslocações para fora do espaço europeu;
  - a2. Alojamento no estrangeiro, em unidade hoteleira até 4 estrelas e até ao limite de € 250/noite;
- b) Não são elegíveis despesas com:
  - b1. Deslocações em viatura própria ou de aluguer;
  - b2. *Transfers* ;
  - b3. Ajudas de custo e senhas de presença;
  - b4. Mais do que um representante do promotor/co-promotor por missão ao estrangeiro ou por participação em cada conferência técnica internacional ou por cada *showroom* , com excepção dos



projectos realizados por um único promotor em que podem ser aceites deslocações de um máximo de dois representantes.

b.5. Despesas com a participação em feiras, exposição, congressos e outros eventos similares que não tenham por objectivo a apresentação e divulgação dos resultados do projecto, bem como deslocações para contactos e outros fins de natureza comercial.

c) A necessidade da deslocação deve estar devidamente sustentada e justificada por relatórios de missão contendo informação respeitante a locais e países de destino, técnicos do promotor envolvidos, motivos da deslocação, plano de trabalhos da missão, parceiros contactados e resultados da missão.

## 5. Custos Indirectos

No que respeita aos custos indirectos previstos na alínea m) do n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento do +Conhecimento, estabelecem-se as seguintes regras:

a) Os custos indirectos, de acordo com as regras definidas no Regulamento geral FEDER e Fundo de Coesão e metodologia do IFDR, são calculados com base nos custos reais incorridos com a realização do projecto e imputados numa base pró-rata segundo um método de cálculo justo e equitativo, devidamente justificado pelo promotor e aceite pelo IDE-RAM.

## 6. Adaptação de edifícios e instalações

A elegibilidade de despesas com adaptação de edifícios e instalações definidas na alínea a) do n.º 5 do artigo 11.º do Regulamento do +Conhecimento é função da área bruta intervencionada, com o limite de € 650/m

7. A sub-contratação de empresas que não sejam autónomas entre si não é elegível.

A Directora do Departamento de Gestão de Incentivos



Ana Cristina Batista Gouveia

O Gestor dos Sistemas de Incentivos às Empresas e Compensação dos  
Sobrecustos



José Jorge dos Santos F. Faria

28-5-2010